

## As 'indivíduas', cidadãs paradoxais

### Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man.

SCOTT, Joan Wallach

Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996. 229 p

Ao declarar que "só tinha paradoxos a oferecer", a revolucionária Olympe de Gouges resumiu a condição peculiar do feminismo. Ao reivindicar direitos políticos, no contexto das revoluções liberais do final do século XVIII, as mulheres afirmavam ser a diferença sexual irrelevante para a participação ativa na vida pública. Ao mesmo tempo, no entanto, afirmando existir interesses específicos das mulheres, elas proclamavam a diferença que queriam abolir.

Desde então, quando lançadas no debate de opinião pública, essas declarações paradoxais se defrontaram com enunciados relativos à 'natureza', pretensamente demonstrando que a diferença visível entre os sexos é o obstáculo insuperável que afasta as mulheres da vida pública e as exclui do poder político. Tais enunciados esmeraram-se em demonstrar que, fisicamente frágeis 'por natureza', as mulheres são pouco racionais, ou ainda que a divisão 'natural' do trabalho as destina à reprodução e à domesticidade. Assim, uma pretendida 'essência' de homens e de mulheres toma-se a justificativa para a promulgação de leis e políticas, quando essa 'essência', histórica e contextualmente variável, é apenas o efeito dessas mesmas leis e políticas.

Em cada crise política, no calor do embate público, o feminismo desafiou essa exclusão com outros argumentos não menos convincentes. Entretanto, como não há possibilidade de encontrar alguma similitude ou mesmice, visível e patente, entre homens e mulheres, que sirva de verdade

irrefutável sobre a qual basear a igualdade, tenta-se exaltar a diferença. E se são diferentes, devem ser iguais? Apesar ou por causa da diferença? Até hoje, o dilema insolúvel continua presente na agenda das feministas.

O feminismo, como movimento político, nasceu com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que promoveu a ambigüidade na concepção de uma igualdade entre indivíduos abstratos portadores de direitos, com o simultâneo silenciamento da exclusão dessa igualdade, das 'indivíduas', sexualmente diferentes. O feminismo expressa essa contradição querendo que essa diferença seja reconhecida e, ao mesmo tempo, que a mesma não seja levada em conta. É nessa navegação constante no mar do universalismo impossível, porém desejável, que o discurso do feminismo vai se consolidando como uma poderosa teoria crítica e como um ativismo multifacetado. No âmbito acadêmico, por sua vez, isso se reflete no grande 'igualdade versus diferença' proporcionando, há décadas, munição argumentativa às ativistas das diversas tendências do movimento. A presente discussão de Joan Wallach Scott insere-se nesse debate e demonstra sua fatal circularidade.

Em *Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man*,<sup>1</sup> Scott prossegue em sua tarefa de "mudar o pensamento e abrir novas direções para a pesquisa e a produção de textos" em sua área de atuação, a história social. Foi com essas palavras que, no prefácio de *Gender and the Politics of History*<sup>2</sup>, ela definiu sua postura profissional e política, explicitando ainda sua adesão ao pós-estruturalismo, particularmente às abordagens de Michel Foucault. No texto em questão, a autora declara usar os conceitos de saber e poder como inseparáveis da organização social, ao mesmo tempo produzindo-a e transformando-a. Jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência dos sujeitos. Com esse entendimento da fluidez histórica, "identidades e experiências são fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações

particulares." O saber é um modo de ordenar o mundo, e "gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais."

Naquele momento, Joan Scott já havia definido, em seu famoso artigo 'Gender: a useful category of historical analysis'<sup>3</sup>, sua compreensão de gênero como 'organização social da diferença sexual'.

Vale a pena retomarmos o que Scott então explicitou sobre sua metodologia para melhor apreciarmos seu domínio do instrumento em *Only Paradoxes to Offer*. Nessa concepção, a diferença sexual não é a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância, mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada. Uma organização social não é fixa, muda a cada instante, está atravessada por conflitos permanentes, porém nunca exatamente de mesma natureza. Os significados vão se estabelecendo através desses conflitos, contestações surgem, outros significados procuram legitimidade, e assim vai a roda do conhecimento e da história. Os jogos de poder e saber desenham as identidades dos sujeitos históricos bem como suas experiências, organizadas portanto *discursivamente* em configurações particulares. O discurso de um momento revela o não-dito do momento anterior e proporciona, concomitantemente, o espaço para uma nova contestação. Assim, gênero é um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. As falas contestadoras das feministas a respeito desse fenômeno, eventualmente conflitantes entre si, até pelos jogos de poder sempre atuantes, geram um novo saber sobre a diferença sexual, inspirando novos desafios políticos.

*Only Paradoxes to Offer* ilustra magistralmente a maneira pela qual o feminismo tem-se afofoado no decorrer de dois séculos e meio contra o próprio paradoxo que o constituiu, desenvolvendo diferentes argumentos ao sabor dos sucessivos questionamentos, como o mágico que vai puxando das mangas lenços de seda que vão mudando de cor. Ao visitar as biografias de quatro feministas francesas atuantes em momentos de crises políticas — Olympe de Gouges (1748-1793, na Revolução de 1789), Jeanne Deroin (1805-1894, na Revolução de 1848), Hubertine Auclert (1848-1914, na época da Comuna de Paris de 1870) e Madeleine Pelletier (no início do século XX) — Scott mostra a complexidade do uso dos argumentos feministas respondendo à conjuntura discursiva das sucessivas crises políticas com seus desafios renovados. A autora ilustra seu raciocínio com vasta

documentação histórica e inúmeras citações e, ao reconstituir os debates de cada momento, ela realça as ambigüidades, não só das feministas como também de seus oponentes. Ser uma profunda conhecedora da história da França torna Scott exigente com seu leitor: a densidade de suas informações deixa por vezes o leitor perdido com o acúmulo de detalhes.

Na vida de Olympe de Gouges, apenas cinco anos separam seu primeiro panfleto político, 'Carta ao povo, ou projeto de um fundo patriótico', de 1788, no qual identificava-se como 'membro do Público', de sua execução pela guilhotina. Na efervescência da Revolução, quando muitas identidades estavam sendo revistas e repostas, essa escritora de peças, panfletos e brochuras imaginou possível desafiar a realidade de uma cidadania proposta como universal. A Revolução concedera rapidamente direitos civis às mulheres. Em 1791, o casamento foi declarado contrato civil e, no ano seguinte, o divórcio era um direito legal para os dois cônjuges. No entanto, embora cidadãos civis, as mulheres continuaram sem direitos políticos. Em 1791, de Gouges publica sua conhecida 'Declaração dos Direitos das Mulheres e Cidadãs' (curiosamente dedicada à Rainha Marie Antoinette, para ganhar importância) segundo a qual as mulheres, por natureza, eram indivíduos, portadoras dos mesmos direitos que os homens, 'superiores pela beleza e pela coragem no parto' e, por natureza, tinham necessidades que tomavam o reconhecimento desses direitos ainda mais urgente.

De Gouges revelou a inconsistência do conceito de universalismo mostrando sua ambigüidade: trata-se de um conceito que pretende fazer das mulheres indivíduos abstratos, mas que impossibilita uma representação política real das mesmas mulheres. Mais do que isso, ela argumentou nos mesmos termos que Rousseau ou Voltaire, dizendo poder 'sonhar', ou mesmo 'imaginar', ser um "animal único, nem homem nem mulher. Tenho a coragem do primeiro e às vezes toda a fraqueza da Segunda, mas os dois ao mesmo tempo (...). Sou uma mulher e tenho servido a minha pátria como um grande homem". Segundo Scott, uma mulher reivindicar os poderes da imaginação criativa no final do século XVIII era propor algo ao mesmo tempo plausível e inconcebível em termos dos debates do momento, considerando o que Voltaire, Rousseau ou Diderot diziam a respeito da imaginação. Havia longos discursos sobre o que fossem a imaginação normal, a imaginação criativa, mais própria dos cidadãos ativos, ou ainda as idéias extraordinárias, produzidas nas mu-

lheres pela presença do útero, órgão suscetível, segundo alguns, a "teríveis espasmos". Ideias que não permitiriam o exercício do direito de voto.

Scott reconstitui a evolução do conceito de cidadania entre 1789 e 1792, nos debates da Assembleia Constituinte, o que permite avaliar a ousadia de Olympe de Gouges, que, ao demonstrar que podia ser uma cidadã 'ativa', desafiou a Revolução. O anúncio de sua morte pela guilhotina, em 1793, no jornal *La Feuille du Salut Public*, é notável e dá a chave do teor subversivo de seus argumentos em favor da cidadania das mulheres: "Nascida com uma imaginação exaltada, Olympe de Gouges tomou seu delírio como inspiração da natureza. Quis ser um homem de estado. Desenvolveu os projetos daqueles que, perfidamente, querem dividir a França. Parece que a lei puniu essa conspiradora por ter esquecido as virtudes que pertencem ao seu sexo" (p. 52).

A guilhotina, no entanto, não despedaçou sua memória. Meio século depois, Jeanne Deroin, uma defensora do socialismo utópico, considerou-se herdeira da campanha de Olympe de Gouges pelos direitos políticos das mulheres. O contexto era muito diferente: naquele momento, o direito de voto e o direito ao trabalho eram inextricáveis, e o grito pelo direito ao trabalho fora lançado por homens e mulheres nas barricadas durante as jornadas de fevereiro de 1848. Jeanne Deroin organiza associações de trabalhadores, escreve panfletos e artigos para *La Voix des Femmes*, primeiro jornal feminista da República. Logo depois lança outro: *La Politique des Femmes*. Quando os direitos políticos são mais uma vez negados às mulheres pela reação de julho de 1848, ela muda o nome para *L'Opinion des Femmes* e, não contente, se candidata à Assembleia Nacional, o que era inconstitucional. Joan Scott mostra muito bem a curiosa incongruência entre o teor subversivo das atitudes públicas de Deroin e seu feminismo, que acentua o feminino, a necessária diferença. Com sua adesão ao socialismo utópico, ela considera o casal a unidade básica da humanidade, fazendo da diferença sexual a base da igualdade. Em julho de 1848, a volta ao conservadorismo apela novamente à natureza e dá acento não aos direitos dos cidadãos, mas a seus deveres, tomando a proteção da família o dever maior do pai cidadão. A esfera privada fica desenhada pelos deveres civis dos pais, negando os direitos políticos das mães. Jeanne Deroin, entretanto, utilizará justamente o mesmo argumento, dos deveres das mães para com a moral pública e com a justiça, para subverter o status quo e concorrer à Assembleia Nacional. Naquele momento, associando as

mulheres aos deveres, as feministas baseavam então sua reivindicação na figura da mãe.

Acusada de subversão em 1850, por sua atividade junto aos socialistas, e condenada, Jeanne Deroin partiu para a Inglaterra, onde continuou a escrever em jornais e a trocar correspondência com outras feministas européias. Scott destaca a importância de Deroin na concepção do feminismo como uma força política, inspirada por sua ligação com as ações das mulheres no passado, e na construção da noção de uma tradição feminista subversiva, capaz de unir as mulheres em torno de metas comuns.

Interessante notar uma corrente epistolar, em 1886, entre Jeanne Deroin e Hubertine Auclert. Com 38 anos, ativista há mais de dez, Hubertine publica as cartas de Jeanne, já com 81 anos, em seu jornal sufragista, *La Citoyenne*. Estamos na Terceira República Francesa, após a guerra vencida pela Prússia, o estado enfrenta a pobreza e as desigualdades econômicas. Se o fantasma dos *Communards*, sublevados em 1870, animou a reação conservadora, sustando a promulgação do sufrágio universal e acelerando reformas urbanas (para evitar a possibilidade de se erguer barricadas), políticas sociais socialistas promoveram o ensino laico, gratuito, obrigatório, o desenvolvimento da higiene pública e, por exemplo, cuidados com a infância abandonada. Hubertine Auclert é a típica sufragista que panfleteia, faz discursos, clama que "uma república que mantém as mulheres numa condição de inferioridade não poderá tomar os homens iguais", mas, ao mesmo tempo, reverencia os ideais da república, a racionalidade, a ordem social, o positivismo, a ciência. O voto é também visto como instrumento de progresso. A palavra lógica é recorrente em seus discursos: as mulheres merecem direitos políticos, pois são seres lógicos. Para Auclert, o sujeito feminista é feminino, hesita sempre entre a força e a persuasão em sua estratégia política, e, por ser lógica, entende a premissa da questão da linguagem: a feminização da linguagem pode mudar a realidade. Auclert desenvolve também o conceito de 'interesses das mulheres'. Há um certo paradoxo entre a linha da lógica, do racionalismo, e os interesses das mulheres associados à paz e à preservação da vida, à harmonia do social, envolvendo os trabalhadores: "Pedimos a vocês proletários, nossos camaradas de infortúnio, que apóiem nosso direito à emancipação. Vocês votam, têm o poder dos números, são todas mulheres pelo coração, são nossos irmãos". Números e coração.

Em 1908, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier estão juntas numa ação de derrubada de

umas de votação, em Paris. Psiquiatra, sufragista, também jornalista, escritora, Madeleine, ao contrário de Hubertine, não vê o direito de voto como instrumento de emancipação coletiva, mas como meio de acesso à plena liberdade individual e ao poder. Com o voto as mulheres passarão a existir como sujeitos autônomos, verdadeiros indivíduos.

Embora tenha militado entre os socialistas e pertencido ao partido comunista até 1925, Pelletier é vista por Joan Scott como uma liberal radical, uma individualista radical, o que demonstra montando o quadro do individualismo do início do século XX, na França, constituído por correntes de pensamento como a psicologia social de Gustave Le Bon e a filosofia do devir de Henri Bergson.

Um dos lemas de Madeleine Pelletier era: 'Não ser mulher da maneira esperada pela sociedade'. Ela vê o sujeito portador de direitos praticamente de-sexuado. O feminismo não é visto como meio de melhorar status social das mulheres, mas uma maneira de dissolver a própria categoria 'mulheres'. É uma rejeição do feminino visto como 'sexo psicológico', socialmente imposto, como um conjunto de hábitos adquiridos. "Não gosto das mulheres tais como são", dizia Pelletier, "quero vê-las socialmente homens". Recusando sua própria sexualidade, eternamente vestida de homem, ela não podia negar entretanto a existência da sexualidade das mulheres e da reprodução como expressão física de suas individualidades. Defendeu o direito das mulheres sobre seus corpos. A partir dos anos 20 insurgiu-se contra o movimento pronatalista que seguiu a mortífera Primeira Guerra Mundial. Lutou pela contracepção e pela legalização do aborto nos três primeiros meses de gravidez. Muito perseguida, acabou acusada de promover abortos, foi processada em 1939 e presa num hospital psiquiátrico onde morreu poucos meses depois.

O capítulo sobre Madeleine Pelletier é o mais denso do livro e, a meu ver, oferece uma discussão instigante para as feministas contemporâneas, tão ligadas à questão da sexualidade. Embora Joan Scott não diga nada, por exemplo, da

eventual influência das descobertas de Freud nessa área, a psicanálise lacaniana está presente em suas observações sobre a questão da diferença sexual e a maneira de vestir.

As francesas receberam o direito de voto em 21 de abril de 1944, no momento da Libertação da França, quando renascia a ordem após o caos da Segunda Guerra Mundial. Tomadas visíveis politicamente, as 'indivíduos', no entanto, continuavam vista como o 'segundo sexo'. Com essas palavras, Simone de Beauvoir incluiu uma nova linha de argumentação contraditória: as mulheres são 'elas' e 'outras' ao mesmo tempo. 'Outras' culturalmente. Sem autonomia econômica, sem autonomia sexual, como não ser 'outra'?

O paradoxo do feminismo não é um defeito, mas uma condição. Scott pensa que é possível existir uma política feminista que explore essa tensão sem querer forçosamente que ela se resolva. Oposições no seio de relações sociais devem ser concebidas como núcleos de energia que desafiam a capacidade humana de criar novas formas de convivência, não discriminatórias, entre os seres humanos, tão ricamente diferentes. Além da demonstração metodológica e da fina análise de uma impressionante massa bibliográfica, *Only Paradoxes to Offer* transmite a paixão de Scott por uma certa concepção de história e do que seja escrever a história das mulheres e do feminismo.

<sup>1</sup> Em processo de tradução, enquanto este livro não for disponível em português, pode-se consultar a entrevista de sua autora à *Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro, 1998, p. 114-24.

<sup>2</sup> New York: Columbia University Press, 1988. Traduzido em *Cadernos Pagu*, v. 3, Campinas: Unicamp, 1994.

<sup>3</sup> *The American Historical Review*, dezembro de 1986, e também no capítulo II de *Gender and the Politics of History* (op. cit.). Tradução em português em *Educação e Realidade*, v. 6, n. 2, Porto Alegre, 2<sup>o</sup> sem/1990.

DANIELLE ARDAILLON ■

## Fronteiras do gênero

### Gênero sem fronteiras

SCHPUN, Mônica Ralsa (org.)

Florianópolis: Mulheres, 1997. 208 p

Organizado por Mônica Ralsa Schpun, *Gênero sem fronteiras* reúne textos originalmente programados para o painel 'Estudos sobre a mulher: um olhar multidisciplinar', realizado no terceiro encontro da Brazilian Studies Association (Brasa), em setembro de 1996, em Cambridge, Inglaterra. A proposta de multidisciplinaridade é levada a termo pela inclusão de autoras das áreas de história, antropologia, sociologia e letras. Diante dis-